

Recebido em fev. 2011  
Aprovado em abr. 2011

*Kalagatos* - REVISTA DE FILOSOFIA, FORTALEZA, CE, v. 8 n. 15, INVERNO 2011

## **WITTGENSTEIN SOBRE O CONCEITO DE SEGUIR REGRAS**

ARTURO FATTURI \*

### **RESUMO**

Abordamos a trajetória filosófica de Ludwig Wittgenstein quanto à concepção de regras da linguagem e sua relação com a Filosofia. Analisamos as bases da concepção de linguagem no *TRACTATUS LOGICO-PHILOSOPHICUS* e as deficiências que Wittgenstein percebeu nesta concepção. Baseamos nossa investigação na ideia de que ele reelabora seu ponto de vista filosófico inicial devido ao abandono da definição ostensiva como instrumento de definição. Apontamos o caminho para a discussão do conceito de seguir regras nas seções 185 a 242, das INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS, e apresentamos porque esta discussão é necessária.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Regras. Sintaxe lógica. Análise (Filosofia). Uso. Conceitos. Wittgenstein.

---

\* Doutor em Filosofia pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar e Professor na UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA.

### **ABSTRACT**

We analyzed the philosophical argumentation of Ludwig Wittgenstein in the Philosophical Investigations. We present the main problems that had forced Wittgenstein to abandon a conception of the language as founded in the logical syntax to adopt the point of view that our language is normatized by rules for the use of concepts. We analyze the conception of language of the Tractatus Logico-Philosophico and the deficiencies that Wittgenstein perceived in this. We base our inquiry in the idea that Wittgenstein reelaborates its initial philosophical point of view because of the abandonment of the ostensive definition as instrument of definition. We point the way to the discussion of the concept of follow a rule in the Philosophical Investigations and for which reason this analysis is necessary.

### **KEYWORDS**

Rules. Logical syntax. Analysis (philosophy). Use. Concepts. Wittgenstein.

## 1

A discussão do conceito de seguir regras ocorre nas seções centrais das *Investigações Filosóficas*, mais precisamente nas seções §185 a §242. Estas seções constituem-se no centro da filosofia desenvolvida por Wittgenstein nesta obra<sup>1</sup>, sendo, portanto, a culminância das discussões iniciadas nas seções precedentes (§1 a §184). Assim, a discussão elaborada em tais sessões indica o caminho a seguir para as discussões posteriores, que são nomeadamente, a discussão sobre a possibilidade da linguagem privada e sobre os conceitos psicológicos (§242 em diante). Além disso, tais seções representam o resultado direto do abandono da Concepção Agostiniana<sup>2</sup> da Linguagem, da qual Wittgenstein era devedor na fase do *Tractatus Logico-Philosophicus*.

Os comentadores que tiveram acesso aos manuscritos de Wittgenstein<sup>3</sup> constataram a existência, entre estes, de diversos conjuntos de anotações das *Investigações Filosóficas*. Estes conjuntos de anotações

---

<sup>1</sup> Deixamos para outro momento a discussão discordante deste ponto de vista elaborada por Oswald Hanfling quanto à centralidade que a discussão do seguir regras possui na filosofia de Wittgenstein no período das *Investigações Filosóficas*. Hanfling discute este aspecto em sua obra *Wittgenstein's Later Philosophy*, Albany, SUNY University Press, 1989. Principalmente no ensaio 6, pg. 127 e seguintes.

<sup>2</sup> A expressão “Concepção Agostiniana da Linguagem” encontramos nos comentários às *Investigações Filosóficas* elaborados por Gordon Baker e Peter Hacker *An Analytical Commentary on the Philosophical Investigations*, Vol 1, 1985; 1 – 27.

<sup>3</sup> Baker e Hacker, 1985; 3.

estavam ordenados com vistas à uma publicação futura e, invariavelmente, continham as atualmente publicadas seções §1 a §184. É importante observar que as alterações ocorriam nas seções subsequentes. Isto demonstra que Wittgenstein, no que pese sua contínua característica de revisão, já possuía um conjunto fixo de textos e de argumentos.

Dentre todas estas continuações, a última (que é a parte publicada atualmente), continha a discussão sobre o conceito de seguir regras, enquanto que as anteriores tratavam da Filosofia da Matemática e da Filosofia da Psicologia. Tais possibilidades de continuação indicam que o pensamento de Wittgenstein estava em constante transformação, ainda que um núcleo permanecesse inalterado.

Estas possibilidades de continuações diferentes, muitas vezes, fazem com que tomemos as *Investigações Filosóficas* como uma colagem de observações levemente ligadas entre si, onde o contexto em que cada observação ocorre pode ser compreendido como não tendo maior importância para a compreensão daquelas observações. Tal ponto de vista interpretativo nos lança no ecletismo, de maneira que podemos encontrar nas *Investigações Filosóficas* muito mais um reflexo de nossas ideias e argumentos do que as ideias e argumentos de seu autor. Na verdade, há de fato, uma razão para que as observações ocorram na sequência em que aparecem, de modo que devemos procurar determiná-la continuamente. Trata-se, pois, de considerar o contexto destas observações, a fim de descobrir as intenções reais de Wittgenstein. Tais

intencões são bem claras no que diz respeito ao método que devemos seguir. Mas, Wittgenstein, no prefácio das *Investigações Filosóficas*, confessa sua insatisfação com a forma como elaborou as ligações entre as observações, principalmente por acreditar que: “[...] os pensamentos deveriam fluir ou progredir de um objeto a outro numa sequência natural e sem lacunas.” (Investigações Filosóficas, prefácio).

## 2

Após várias tentativas frustradas de esclarecer as ligações entre um pensamento e outro, Wittgenstein abandonou este projeto. Entretanto, a confissão de sua insatisfação não implica em dizermos que “não” poderia existir uma ligação entre as observações. As palavras de Wittgenstein, no prefácio da obra publicada, demonstram, por outro lado, que Wittgenstein não acreditou que estas ligações, tal como as elaborou, fossem naturais e sem lacunas.

Disto, concluímos que, apesar de não estar clara e límpida, há uma linha argumentativa que liga cada uma das observações. Assim, não podemos tratar os argumentos expostos sobre o seguir regras como se as seções anteriores (Wittgenstein, 1980; §1-§184) não fossem, de alguma forma, um passo necessário para compreendermos o contexto argumentativo em que aparecem e, além disso, não indicassem qual o projeto de Wittgenstein ao colocar as seções naquela ordem.

Outra razão para que consideremos o contexto argumentativo das observações sobre o seguir regras é

fornecida pela história da elaboração das *Investigações Filosóficas*. As seções que vão de §1 a §189 constituem-se num núcleo básico, no qual Wittgenstein, após algumas tentativas, colocou como continuação as seções onde discute o seguir regras.

A versão final publicada é devida ao último esforço de Wittgenstein no sentido de organizar a obra para a publicação. Esse esforço de composição mostra não apenas que o pensamento de Wittgenstein estava em constante mudança, mas que, além disso, há uma descontinuidade em seu pensamento. A questão é: o que se aprende com tal descontinuidade? Como justificar a possibilidade de que um mesmo texto tenha diferentes continuações? Com relação ao assunto, conforme o comentário de Gordon Baker e Peter Hacker citado na nota 1 acima, a sugestão é a de que seria inadequado exagerar na descontinuidade. Em ambos os textos, tanto naquele que possui como continuidade a Filosofia da Matemática, quanto naquele que envereda pela discussão dos conceitos psicológicos, Wittgenstein discute a relação interna entre uma regra e suas aplicações, bem como, a autonomia da gramática e o papel da concordância no julgamento das ações segundo uma regra, para o seguir regras.

A discussão sobre o seguir regras é um núcleo compartilhado por ambas as continuações. A primeira continuação, que trata da Filosofia da Matemática, pode ser vista como uma exploração filosófica sobre a objeção geral quanto ao papel da concordância na lógica e na matemática, ou seja, a ideia de que a concordância poderia abolir tanto a lógica quanto a

matemática<sup>4</sup>. A continuação que trata dos conceitos psicológicos, por sua vez, examinaria outra objeção fundamental, a saber: que a linguagem pode ser concebida independentemente da possibilidade de concordância, pois os significados dos conceitos dizem respeito às experiências interiores de cada falante. Tal objeção implicaria que bastaria que cada um dos falantes possuísse alguma experiência privada para que as palavras possuíssem significado. Esse ponto de vista interpretativo faz com que ambas as continuações se completem.

Poderíamos, por outro lado, enfatizar as diferenças entre uma continuação e outra. O fundamento para este argumento é a crença de que há uma evolução, por assim dizer, a partir das questões discutidas na filosofia da matemática para questões da Filosofia da Psicologia<sup>5</sup>. Ambas as respostas são procedentes, mas não é o caso de entrarmos em detalhes quanto a tais respostas. De fato, as possibilidades mostram que o tema do seguir regras era central para a argumentação filosófica a Wittgenstein.

Nossa intenção, ao trazermos à baila esta discussão sobre alguns aspectos da construção e da publicação das *Investigações Filosóficas*, é a de ressaltar a complexidade do tema que nos cabe tratar. Além disso, é mais um argumento para nossa afirmação, feita

---

<sup>4</sup>Baker e Hacker, 1985; Vol. 1; 8.

<sup>5</sup>Sobre a história da redação das *Investigações Filosóficas* ver Baker e Hacker, 1985; Vol.1; 7 e segs. A classificação dos escritos de Wittgenstein é apresentada no artigo de George Henrik von Wright em "The Wittgenstein's Papers" republicado em James Klagge e A. Nordmann (Eds.) *Ludwig Wittgenstein. Philosophical Occasions*, Indianapolis, Hackett, 1993.

no início deste ensaio, de que as *Investigações Filosóficas* possuem uma linha argumentativa e que, os argumentos discutidos por Wittgenstein na questão do conceito de seguir regras estão dentro desta mesma linha argumentativa. Isto impede que tomemos as *Investigações Filosóficas* como segmentadas em capítulos, mais ou menos independentes um dos outros.

Justificada assim nossa orientação metodológica, passaremos agora à tarefa de traçar o contexto em que ocorrem as observações sobre o seguir regras. Nosso ponto de partida é o *Tractatus Logico-Philosophicus* – obra preparada e editada por Wittgenstein. Agindo assim, estamos também seguindo uma orientação dada pelo próprio Wittgenstein no prefácio das *Investigações Filosóficas*, onde ele pede que suas observações tenham como pano de fundo seus antigos pensamentos.

O *Tractatus Logico-Philosophicus* de Wittgenstein é o resultado de uma reorientação da filosofia contemporânea, que tem suas origens nas investigações lógicas de Gottlob Frege e Bertrand Russell. Podemos dizer, de maneira geral, que até Frege e Russell a Filosofia se voltava para o estudo das essências, a natureza do pensamento, ou os limites do conhecimento possível, sem considerar, contudo, a necessidade de esclarecer os meios pelos quais fazemos nossas inferências. Com o aparecimento do cálculo lógico desenvolvido por Frege e com a publicação, por parte de Russell e Whitehead, dos *Principia Matemática*, a Filosofia sofreu uma reorientação total. Os instrumentos metodológicos, que foram postos à disposição por tais contribuições, propiciaram aos



investigadores da lógica meios aperfeiçoados e poderosos para o estudo e esclarecimento dos modos de inferência. Ao mesmo tempo, tais instrumentos, quando aplicados à linguagem natural, tinham a vantagem de tornar mais precisa a construção do raciocínio, principalmente no que diz respeito à linguagem na qual fazemos nossas inferências.

O *Tractatus Logico-Philosophicus*<sup>6</sup> se insere nesta tradição<sup>7</sup>, na qual Wittgenstein procura esclarecer a natureza de qualquer linguagem possível e as possibilidades de qualquer forma de representação. Nossa linguagem corrente é um destes meios de representação, que, contudo, apresentam uma série de problemas quanto à clareza e precisão. Para podermos evitar obscuridades de significado e equívocos no emprego de palavras, devemos elaborar uma notação isenta de tais problemas (TLP 3.325). A notação lógica proposta por Frege e por Russell é deste tipo, ou seja, obedece à sintaxe das regras lógicas. Os fundamentos do *Tractatus Logico-Philosophicus* não são diferentes. Por exemplo, em 4.002, podemos ler: “O homem possui a capacidade de construir linguagens com as quais se pode exprimir todo o sentido, sem fazer ideia de como e do que cada palavra significa [...]”

A Filosofia é tomada, então, como uma crítica da linguagem (TLP 4.003), pois seu objetivo, tal como é proposto no prefácio do TLP, é delinear os limites do

<sup>6</sup> Daqui para frente nos referiremos a esta obra pela sigla TLP.

<sup>7</sup> Para maior análise do *Tractatus* no contexto de origem da filosofia analítica ver a obra de Peter Hacker *Wittgenstein's Place in the Twenty Century Analytical Philosophy*, Oxford, Blackwell, capítulo 1, pag. 12 e seguintes.

pensável. Mas, como aquilo que pode ser pensado só pode ser estudado na medida em que se expressa através da linguagem, os limites do pensamento devem ser delineados segundo os limites da linguagem. Aquilo que ficar de fora da linguagem deve ser posto de lado como sendo um contra-senso (TLP, prefácio).

Nesta reorientação filosófica, o papel da lógica não será o de uma especulação a respeito de juízos que poderiam ser tipologicamente fixados e que, portanto, estariam fora da linguagem; tampouco caberá à lógica o estudo das leis do pensamento. Cabe a ela, antes, a elucidação dos símbolos usados pelo pensamento. Tal como diz Wittgenstein<sup>8</sup>:

O fim da filosofia é o esclarecimento lógico dos pensamentos.

A filosofia não é uma teoria, mas uma atividade. Uma obra filosófica consiste essencialmente em elucidações.

O resultado da filosofia não são “proposições filosóficas”, mas é tornar proposições claras.

Cumpra à filosofia tornar claros e delimitar precisamente os pensamentos, antes, como que turvos e indistintos.

Caberá à Filosofia elaborar um limite claro para o dizível, limitando com isto o pensável e, por consequência o impensável. A tarefa será obter uma representação clara do dizível para significar o indizível (TLP 4.114, 4.115). As formulações e investigações

---

<sup>8</sup>TLP 4.112.

metafísicas aparecem, nesta formulação, como algo que ultrapassa os limites do sentido, pois não conferem sentido aos sinais que empregam em suas proposições, visto que buscam dizer algo que ultrapassa as possibilidades do que pode ser dito (TLP 6.53). A lógica é considerada uma condição do sentido. Sendo assim, a linguagem natural e toda a linguagem possível, possuem uma estrutura essencialmente lógica<sup>9</sup>. Por esta razão, não podemos ter uma linguagem que seja ilógica, ou que permita um pensamento que, ao expressar-se pela linguagem, possa ser ilógico.

Tal reorientação lógico-linguística da Filosofia forneceu ao conceito de regra da linguagem um papel importantíssimo. No TLP, a linguagem é concebida como composta por regras que formam um complexo conjunto lógico-sintático (TLP 3.325, 3.334, 3.344). Estas regras determinam as possibilidades combinatórias dos símbolos que empregamos para representar o pensamento. Elas podem ser de dois tipos: um primeiro tipo determina como as proposições atômicas formam proposições moleculares através dos conectivos lógicos. Um segundo tipo de regra é aquele que concerne aos nomes que são representativos na linguagem. Como estes nomes representam objetos da realidade (TLP 3.203, 3.22), a forma como se apresentam na proposição, espelha a conformação dos objetos na realidade. As possibilidades combinatórias

---

<sup>9</sup> Em “Some Remarks on Logical Form” diz Wittgenstein: “se tentarmos analisar quaisquer proposições dadas, descobriremos, em geral, que elas são somas lógicas, produtos lógicos ou funções de verdade de proposições mais simples” in Klagge e Nordmann(1993); 29.

dos nomes espelham as possibilidades combinatórias dos objetos que são seus significados, e a proposição se torna uma figuração do estado de coisas que representa.

Esta correlação, contudo, entre nome e objeto não é normativa, e sim, psicológica, tendo em vista que a projeção dos nomes em objetos não consiste num conjunto de regras semânticas, mas num conjunto de atos mentais (TLP 4.01, 3.01). Ou seja, a existência de uma correlação entre nome e objeto não é posta em questão (como bem nos mostram as proposições 3.2 e 3.22 do TLP). Segundo Wittgenstein a questão ou investigação que visa estabelecer a existência dos objetos que os nomes designam é trabalho para os psicólogos<sup>10</sup>.

Estas regras, que são tomadas como governando qualquer linguagem possível, possuem algumas características interessantes. Primeiramente, tais regras da sintaxe lógica estão escondidas; elas não são claramente perceptíveis no uso ordinário e cotidiano da linguagem: “É humanamente impossível extrair dela, de modo imediato, a lógica da linguagem.” (TLP 4.002).

Em segundo lugar, muitas destas regras geram consequências que são independentes das atividades humanas. Reconhecemos isto quando nos defrontamos com a problemática da exclusão de cores, ou em 3.334 do TLP, onde as regras da sintaxe lógica evidenciam-se por si mesmas. Ou nas palavras de Wittgenstein: “As regras da sintaxe lógica devem ser entendidas em

---

<sup>10</sup> Anthony Kenny, *El Legado de Wittgenstein*, Mexico, Siglo Veinteuno, 1990; e Wittgenstein na *Philosophical Grammar*, pg. 24.

si mesmas, bastando apenas que se saiba como cada sinal designa.”

Em terceiro lugar, a análise correta de uma proposição significativa pode estar escondida, mesmo para uma pessoa que a compreenda, como conclui Wittgenstein: “É o que se vê a partir do fato de entendermos o sentido do sinal proposicional sem que ele nos tenha sido explicado.” (4.02)

Por fim, para que uma pessoa possa utilizar corretamente a linguagem, presumimos que ela possua conhecimento implícito das regras que governam o seu uso das palavras. Contudo, dada a concepção das regras no *Tractatus Logico-Philosophicus*, pode ocorrer que esta mesma pessoa não esteja apta a formulá-las corretamente, mesmo que as siga quotidianamente – o que de fato deve acontecer, pois tais regras determinam os limites do sentido. Assim, a conclusão a que se chega a partir desta característica das regras é a de que não conseguimos extrair da linguagem natural as regras que a coordenam. Tal como afirma Wittgenstein no TLP (4.002) “é humanamente impossível extrair dela, de modo imediato, a lógica da linguagem”, pois os acordos tácitos que permitem o entendimento da linguagem corrente são enormemente complicados. Ou seja, podemos falar e dar significado ao que dizemos, construir proposições significativas e com sentido segundo as regras da sintaxe lógica.

Todavia, podemos não estar aptos a fornecer explicitamente as regras que seguimos. As regras, tal como concebidas no *Tractatus Logico-Philosophicus*, coordenam a linguagem. No entanto, paradoxalmente,

não são públicas, estando, sim, escondidas do próprio falante. Caberá à filosofia, portanto, empreender a análise das regras que regem toda possibilidade de significação na linguagem<sup>11</sup>.

Assim, já no *Tractatus Logico-Philosophicus*, podemos ver a importância que as regras possuem para a filosofia que Wittgenstein elabora, embora não possuam a mesma abrangência que terão nas *Investigações Filosóficas*. Conforme aponta Anthony Kenny<sup>12</sup>, em seu comentário à filosofia de Wittgenstein, este passou a dar maior atenção às regras quando se defrontou com o problema veritativo-funcional das proposições sobre as cores e em algumas conversas com Moritz Schlick e Friedrich Waismann.

### 3

A transformação da importância do papel desempenhado pelas regras nas considerações sobre a linguagem inicia-se pelo abandono da argumentação do TLP, no que se refere à concepção das proposições, isto é, no que diz respeito à Teoria Pictórica da proposição. A mesma transformação atingirá a concepção do papel desempenhado pelas regras em nossa linguagem; já não será mais aceita a ideia de que as regras que seguimos quando falamos e construimos proposições com sentido, não possam ser justificadas pelo falante. Nem tampouco será aceito

---

<sup>11</sup> Kenny (1990); 40.

<sup>12</sup> Anthony Kenny, Wittgenstein, Buenos Aires, Revista de Occidente, 1975.

que possamos fazer aplicações destas regras e, ao mesmo tempo, não saibamos explicar ou justificar tais aplicações.

Quando de seu retorno à Filosofia em 1929, Wittgenstein percebeu que certas teses metafísicas e lógicas do *Tractatus Logico-Philosophicus* eram equivocadas, como, por exemplo, a ideia da independência das proposições atômicas, ou então, a ideia de que toda inferência está na dependência de uma composição veritativo-funcional. Entretanto, ele não abandona a tese de que a linguagem é composta por regras, tal como um cálculo matemático. No entanto, é possível perceber algumas modificações significativas no papel que as regras desempenham na linguagem.

Se no *Tractatus Logico-Philosophicus* a sua concepção era de que a linguagem, como um todo, possuía uma estrutura lógico-sintática subjacente, conectada à realidade através dos nomes que designavam objetos simples, a partir de 1929, ele afirmará que a “linguagem é um cálculo autônomo com regras”. Isto, porque concebe o significado como sendo uma aplicação sobre primitivos indefiníveis da linguagem, através da definição ostensiva que é uma regra. Como comentam Baker e Hacker, os elementos empregados na ostensão são elementos do método de representação<sup>13</sup>. O significado de um objeto não será tomado como o era anteriormente (os objetos para os quais os nomes estão referidos), e sim, como a totalidade das regras que determina o uso de cada nome no cálculo da linguagem<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> Baker e Hacker, 1985: Vol. 1; 38.

<sup>14</sup> Conforme Wittgenstein em sua *Philosophical Grammar*, p. 59.

Para o Wittgenstein do período do *Tractatus Logico-Philosophicus*, as regras da sintaxe lógica eram tomadas como governando as possibilidades de combinação dos nomes, e estes, por sua vez, espelhavam os objetos da realidade, formando assim a estrutura lógica do mundo. Entretanto, esta concepção será contestada, passando a ser qualificada por ele como uma concepção “mitológica”. Em seu lugar, ele defende a ideia de que há, para o uso da linguagem, um corpo de regras autonomamente definidas<sup>15</sup>.

Todavia, esta concepção do significado e das regras não perdurou por muito tempo (afora alguns requisitos como a autonomia da gramática frente à realidade, ou que qualquer diferença nas regras é uma diferença no significado). A partir de 1931, Wittgenstein encaminha-se paulatinamente para a concepção de que ao fazermos uso da linguagem estamos diante de uma atividade multifacetada, governada por regras.

As aplicações de palavras não obedecem a um cálculo com regras fixas, ainda que possam ser comparadas com as regras de um cálculo. Gradualmente, Wittgenstein passa da ideia de que há um sistema de regras da sintaxe lógica subjacente ao discurso significativo, para o reconhecimento de que a linguagem é uma atividade normativa, ou um conjunto de atividades normatizadas. Já não falará da linguagem como um cálculo, mas continuará comparando-a um cálculo. Posteriormente, incorporará (principalmente na *Philosophical Grammar*) a metáfora com o jogo de

---

<sup>15</sup> Baker e Hacker, 1985: Vol. 1: 38.



xadrez, introduzindo a expressão “jogo de linguagem”. Baker e Hacker comentam a respeito: “A ideia de cálculo obstrui nossa visão sobre as regras que governam a linguagem. Obscurece a heterogeneidade e a diversidade de formas como as regras estão envolvidas nas atividades linguísticas.” (Baker e Hacker; 1985;39).

O ponto de continuidade entre a concepção anterior acerca do papel das regras e a concepção posterior é a ideia de que, no *Tractatus Logico-Philosophicus*, Wittgenstein já havia visto que a investigação filosófica desenrola-se no domínio das regras, ou então, num meio normativo que é a linguagem.

O percurso que expusemos é o que Baker<sup>16</sup> denominará como “abandono da Concepção Agostiniana da Linguagem”, concepção esta que forneceu as bases para o *Tractatus Logico-Philosophicus*.

Anteriormente, chamamos a atenção para as possibilidades interpretativas das diversas preparações de originais das *Investigações Filosóficas*. Neste trajeto que descrevemos, haveria, juntamente com as diferentes possibilidades de textos para a publicação, uma caminhada de depuração e de enfrentamento, levados a cabo por Wittgenstein. A depuração diz respeito ao questionamento e conseqüente abandono da Concepção Agostiniana da Linguagem. Este seria o

---

<sup>16</sup> Gordon Baker, “Following Wittgenstein: Some signposts for Philosophical Investigations §143 - §242” in S. Holtzmann e C. M. Leich (eds.) Wittgenstein: to follow a rule, London, Routledge & Kegan Paul, 1981.

trabalho traçado nas primeiras seções das *Investigações Filosóficas* até a seção §143. Consequente com tal questionamento, a concepção proposta por Wittgenstein sobre o papel desempenhado pelas regras na compreensão de nossa linguagem, naturalmente, teria de confrontar-se com o ceticismo sobre as regras, isto é, com o questionamento dos critérios segundo os quais dizemos que agimos segundo certas regras. Mais precisamente, este questionamento cético atinge seu auge com o paradoxo analisado por Wittgenstein na seção §201 das *Investigações Filosóficas*. Dessa forma, as seções §143 e seguintes são um desenvolvimento da concepção de regra, de seguir uma regra, até o questionamento cético sobre a consistência desta concepção na seção §201. Mesmo a discussão sobre a privacidade do significado (seção 243 e seguintes) é uma consequência desta visão das regras e do papel que desempenham na compreensão da linguagem.

O exame crítico das questões filosóficas sobre as regras, conforme afirma Baker, no comentário acima, indicado na nota 16, é herança direta das razões do abandono do atomismo lógico. A ideia de que a linguagem é composta por “corpos de significado” (*Bedeutungskörper*) implica que as regras para o uso correto de uma expressão são provenientes diretamente da natureza do objeto com o qual a expressão está correlacionada, constituindo-se em seu significado. É preciso notar que há uma relação metafísica, por assim dizer, entre a palavra e a natureza do objeto que ela denomina. Na *Gramática Filosófica*, Wittgenstein chamará esta correlação metafísica de “mitologia”. Esta

concepção metafísica baseia-se na ideia de que o signo já contém em si todas suas possibilidades gramaticais, como se a gramática contida no signo fosse tal qual um colar de pérolas contido numa caixa. Ao puxarmos uma das pérolas, todo o colar viria junto.

Conforme Wittgenstein, esta imagem nos conduz ao engano, pois nos leva a crer que a compreensão do significado da expressão é uma espécie de “pegar instantâneo”, a partir do qual o que “pegamos” já possui em si todas suas possibilidades (num sentido ideal e tal como no colar de pérolas). Segundo tal imagem, o objeto já conteria em si toda sua geometria, bastando apenas desembrulhá-la. Seria este objeto, um objeto existente, real? Ou seria uma idealização? Para apresentar seus argumentos, Wittgenstein usa como exemplo o objeto “cubo”, e pergunta: talvez estejamos pensando num processo em que derivamos proposições geométricas a partir de um desenho, de uma representação ou modelo, mas qual é o papel deste modelo em nosso caso? Seria o de um signo num “jogo” particular. E o interessante sobre isto é como este signo é empregado, como usamos o signo várias vezes em diferentes contextos. Diz Wittgenstein (PG; 55-56): “Em filosofia, somos constantemente tentados a inventar uma “mitologia” do simbolismo ou da psicologia, antes de dizer simplesmente o que sabemos.”

Como indica Baker, a crítica à Concepção Agostiniana da Linguagem toma ares de desmitologização<sup>17</sup>. Para que nada possa ser resgatado do naufrágio da concepção agostiniana, os objetos que antes fundamentavam a

---

<sup>17</sup> Baker, 1981; 45.

possibilidade de significação devem ser postos de lado, restando apenas as regras. As regras constroem o significado das palavras, pois são elas, e não mais as correlações entre palavras e objetos, que comandam o uso da linguagem. Surge aqui a analogia com o jogo de xadrez. Essa analogia é anterior à *Gramática Filosófica*, aparecendo pela primeira vez nas conversas com os membros do Círculo Positivista de Viena<sup>18</sup>.

Entretanto, é na *Gramática Filosófica* que ela é desenvolvida de forma ampla. Wittgenstein é aí consciencioso o bastante para não afirmar que apenas o jogo de xadrez pode ser representativo em sua concepção da diversidade dos usos linguísticos, principalmente porque o xadrez possui regras fixas e precisas<sup>19</sup>. As palavras são como as peças do jogo de xadrez e as possibilidades normativas dos movimentos destas peças, isto é, as regras para jogar com tal ou qual peça, são análogas às regras para o uso das palavras (IF §108).

O caminho para tal manobra de exclusão dos objetos na compreensão da linguagem já estava preparado, mas ainda não totalmente desenvolvido nas conversas que Wittgenstein mantinha, nesta época, com o filósofo e membro fundador do Círculo de Viena Moritz Schlick. Esta ideia pode ser percebida quando

---

<sup>18</sup>Waisman observa que o significado de uma palavra é seu modo de emprego, ao que Wittgenstein responde: “O que realizo com as palavras da linguagem [...] é exatamente o mesmo que efetuo com os signos no cálculo: opero com eles” (Waisman, 1973; 150).

<sup>19</sup>Kenny, 1974; 143.

Wittgenstein diz a Schlick<sup>20</sup> que pode descrever os objetos da sala onde ambos se encontram sem que, para tanto, necessite falar dos objetos, ou a eles referir-se, usando apenas equações para a localização dos mesmos. Ora, tais equações são regras. O sistema proposicional é visto, também, como uma “régua” que se aplica à realidade. Com isto, está aberto o caminho para considerar o significado de uma palavra como seu papel no cálculo com regras que é a linguagem.

#### 4

Há o risco de que esta consideração, ao por de lado qualquer constrangimento observacional quanto à existência dos objetos (que poderiam ser o significado das palavras) dê origem a uma nova mitologia. Isto, pela razão de que é muito fácil acreditar que, por nossa linguagem ser concebida como normatizada e composta por regras, ao falarmos ou construirmos proposições significativas, estamos operando um cálculo com regras fixas e estabelecidas. Haveria, então, uma substituição de conteúdo na *mitologia*: onde antes existiam objetos idealizados (de onde as palavras retiravam sua significação por ligarem-se à natureza dos objetos), passamos a ter *regras idealizadas*. Aquelas relações mecânicas que acreditávamos existir entre os objetos e as palavras, a partir de certo momento são

---

<sup>20</sup> Wittgenstein y el Circulo de Viena, editado por Brian McGuinnes a partir das transcrições de conversas feitas por Friederich Waisman, publicado em espanhol por Fondo de Cultura Economica, México, 1973.

vistas como campos de forças interativos entre as regras. Se tomarmos a formulação de Wittgenstein neste sentido, ou seja, como se as regras para aplicação de palavras fossem *fixas* ou *ideais*, o trabalho de desmitologização (para continuar usando um conceito de Baker) efetuado por Wittgenstein seria mais um equívoco do que um esclarecimento.

O equívoco consiste em acreditarmos que há um conjunto de regras fixas para o uso de uma expressão e que tal conjunto *ideal* não necessita de correção alguma. Se assim fosse, os resultados (a significação) seriam redundantes ou inconsistentes, ou seja, não cumpririam adequadamente o ideal de completude. No *Zettel* (§440), Wittgenstein fornece argumentos que criticam esta visão “idealizadora” das regras, isto é, aquela a partir da qual as regras seriam concebidas como um *conjunto fixo e exato* para a significação. O jogo de xadrez é aí usado novamente como exemplo padrão de uma prática com um conjunto de regras fixas.

Se tivermos de imaginar um conjunto ou uma lista completa das regras para a utilização de uma palavra, tanto quanto para uma peça do xadrez, qual seria o nosso procedimento? Mas, pergunta Wittgenstein, o que queremos dizer com “uma lista completa de regras para uma peça do xadrez (ou para os usos de uma palavra)?” Não seria possível construirmos casos duvidosos em que a lista normal não decide? Ora, este ideal de completude das regras é, de fato, a adesão a uma forma de expressão que exige a rigidez e a determinação das regras que

normatizam o uso de palavras. É nossa adesão a um ideal de exatidão que nos leva a conceber as regras desta forma (Z §441).

Então, a mitologia que se acerca da concepção da linguagem de Wittgenstein é a de acreditar que nossa prática linguística pouco ou nada implica para a maneira como aplicamos palavras segundo regras. A ideia de que a linguagem é um cálculo com regras fixas conduz à concepção de idealização de um conjunto de regras desconectadas da linguagem como um todo, isoladas da prática da linguagem. Dessa forma, combater esta idealização enganosa é um dos passos da argumentação de Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas*. A concepção da linguagem como prática normativa, sem tal suplementação, pouco colabora para a clarificação dos conceitos de compreensão, significado e explicação (conforme IF §81). Contudo, a análise do conceito de seguir regras é uma etapa posterior ao abandono da definição ostensiva como instrumento único de ligação entre linguagem e realidade. Nossa tarefa aqui é apresentar os passos que destituem a primazia da ostensão como instrumento único de definição. A discussão do conceito de seguir regras e suas várias possibilidades será deixada para outra ocasião. Vamos nos ater agora nos argumentos de Wittgenstein contra a primazia da ostensão.

## 5

Wittgenstein elabora o cenário de sua discussão a partir da citação de Santo Agostinho, retirada da obra

*Confissões*, em que Agostinho descreve seu aprendizado da significação das palavras. Nessa citação, aparece o tema que será objeto das preocupações de Wittgenstein: a existência de uma imagem que descreve o funcionamento da linguagem, isto é: “[...] as palavras nomeiam objetos – as sentenças são os liames de tais denominações” (IF §1).

Aqui temos a ideia de que toda palavra tem um significado, sendo que mais adiante (IF §4), Wittgenstein chamará esta imagem de “Concepção Agostiniana da Linguagem” consistindo esta em três afirmações básicas: (1) toda palavra possui significado; (2) tal significado é algo correlacionado com a palavra, (3) esta correlação é o objeto para o qual a palavra está referida. Nas observações seguintes, alguns aspectos serão acrescentados a estas afirmações constituintes básicas.

Na seção 6, das *Investigações Filosóficas*, é introduzida a noção de *definição ostensiva* como forma principal de definição do significado das palavras. Esse é um corolário da ideia de considerar o significado de uma palavra como sendo o objeto por ela nomeado. Essa tese mascara diferenças importantes entre as palavras, pois é uma uniformização da linguagem. Esta concepção começa a se mostrar insuficiente quando Wittgenstein usa o exemplo de ensinar a uma criança o significado das expressões “laje A” e “laje B”. Certamente, outras palavras podem estar envolvidas neste ensino além daquelas que pretendemos ensinar, para tornar possível a explicação. Por exemplo, para definir tais expressões, temos de utilizar outras



expressões que, mesmo fazendo parte da definição, não foram definidas anteriormente pelo mesmo processo. Quando explicamos para a criança a palavra “laje”, dizemos, conforme uma definição ostensiva – “isto é laje” ou “isto é uma laje” –, e apontamos para aquele objeto. O problema aqui, é que tanto o nosso gesto de apontar quanto as demais palavras envolvidas (isto; é; uma; e o próprio gesto de apontar com o dedo ou coisa parecida) não foram definidas para a pessoa a quem explicamos o significado, embora elas façam parte da definição.

Como poderíamos ensinar tais palavras ostensivamente (IF §9)? Surge, então, a analogia com a caixa de ferramentas. Nesta analogia, uma caixa contendo várias ferramentas diferentes é comparada com a linguagem (IF §11). As diferentes funções que as ferramentas desempenham podem ser estendidas para as palavras da linguagem. Assim, dizer das ferramentas que elas servem para mudar o estado de alguma coisa não nos dá a capacidade específica de cada ferramenta. Também podemos dizer das palavras “que elas servem para significar alguma coisa” e, com isto, ainda não dizemos o que pretendemos com tal explicação. Que tipo de distinção queremos fazer? Poderíamos, plausivelmente, tentar mostrar que há certos tipos de palavras que designam alguma coisa, enquanto que outras palavras não designam nada ou não podem ser usadas para designar coisa alguma.

Além disso, dizer que as ferramentas servem para mudar o estado de alguma coisa – o martelo e a serra podem mudar o estado da madeira – não explica

que tipo de mudança opera o metro e a cola, por exemplo. O mesmo ocorre com as palavras, gostaríamos de dizer alguma coisa “geral” que desse conta da função total das palavras. No entanto, assim como as ferramentas possuem funções específicas, apesar de cada uma delas compor um conjunto homogêneo, o mesmo vale para as palavras. Dizer que todas elas servem para significar algo, não especifica o que se pretende com esta afirmação; não é acrescentado nada ao nosso conhecimento das palavras.

Esta argumentação visa atacar uma das premissas da definição ostensiva, não ocorrendo apenas no contexto das *Investigações Filosóficas*. Já no *Blue Book*, Wittgenstein ataca a ostensão ao afirmar que muitas palavras da linguagem ordinária não admitem uma definição ostensiva, como por exemplo, palavras como “um”, “número”, “não”, entre outras (Wittgenstein, 1965; 1). Nas *Investigações Filosóficas*, serão apontadas outras consequências problemáticas da definição ostensiva. A respeito disso, na seção 26, Wittgenstein afirma: “Tem-se em mente que o aprendizado da linguagem consiste em denominar objetos. Ou seja, formas, cores, dores, disposições, etc.. Pode-se chamar isto de preparação para o uso de uma palavra. Mas é uma preparação para quê?”

Assim, o ato de denominar não diz ainda o que será feito em seguida. Ainda mais, quando definimos uma palavra por ostensão, a pessoa para quem definimos já deve saber que nosso ato de apontar é uma parte da definição da palavra, e não uma descrição do objeto ou grupo de objetos para os quais apontamos.

Por exemplo, quando definimos por ostensão o significado da palavra *laranja* (quando se trata da cor laranja), podemos usar uma fruta denominada *laranja*. Ora, a pessoa para quem definimos *laranja* deverá tomar o nosso ato de apontar para aquela fruta e dizer “isto é laranja”, como visando a *cor* da fruta, e não uma descrição da mesma.

A palavra *dois* é outro exemplo: para defini-la por ostensão, podemos apontar para um grupo de dois objetos quaisquer. Entretanto, como argumenta Wittgenstein, nossa definição não elimina a possibilidade de que a pessoa para quem definimos *dois* não possa chamar, em outras ocasiões, *dois*, apenas aqueles tipos de objetos para os quais apontamos. Ou seja, a pessoa toma nossa definição como se fosse uma descrição de certos tipos de objetos, e não como uma definição da palavra que pretendemos definir.

Wittgenstein mostra que a definição ostensiva guarda certa ambiguidade e, com isto, perde seu caráter de definição privilegiada dos fundamentos da linguagem. Por exemplo, a pessoa para quem definimos uma palavra por meio da ostensão terá de entender, antecipadamente, que apontamos para o objeto como um todo, e não para determinada parte do mesmo. Ainda que algum engano deste tipo possa ser sanado por algumas explicações a mais quanto ao que buscamos definir, isto mostra que a definição ostensiva *pode* ser interpretada por quem a recebe, conforme nos diz Wittgenstein na seção 28 das *Investigações Filosóficas*:

Pode-se então definir ostensivamente um nome próprio, um nome de cor, um nome de material,

um numeral, o nome de um ponto cardeal, etc. A definição do número dois” isto significa ‘dois’ “– enquanto se mostram duas nozes – é perfeitamente exato. – Mas, como se pode definir o dois assim? Aquele a quem se dá a definição não sabe então o *que* se quer denominar com” dois “ele vai supor que você chama” dois “*este* grupo de nozes! – Ele *pode* supor isto, mas talvez não suponha. Ele poderia também, vice-versa, se quero atribuir a este grupo de nozes, entendê-lo erroneamente como nome de um número. E, de igual modo, quando explico um nome próprio ostensivamente, poderia concebê-lo como nome de uma cor, como designação da raça, sim, como nome de um ponto cardeal. Isto quer dizer que a definição ostensiva pode, em cada caso, ser interpretada de um modo ou de outro.

Na seção 29 das *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein aponta para outro problema da definição ostensiva. Temos de definir para uma pessoa, por meio da ostensão, o significado da palavra *dois*. Em nossas explicações de significado, vai depender da pessoa, a necessidade do uso da palavra *número*. Podemos, por exemplo, dizer “este número é dois”, e com isto já supor que a pessoa saiba o que a palavra *número* significa. Pode ocorrer que a pessoa nos diga: “eu não sei o que a palavra número designa”. Com isto, ela nos indica como concebe a explicação de “dois”. Como diz Wittgenstein: “A palavra “número” indica em que lugar da linguagem, da gramática, colocamos esta palavra. Mas isto quer dizer que a palavra “número” tem de ser explicada antes que a definição ostensiva possa ser compreendida” (IF §29).

## 5

A definição ostensiva aparece, assim, como interna à linguagem, sendo dependente de certos conhecimentos prévios para que seus efeitos possam ocorrer. Com isto, não podemos dizer que a definição ostensiva possui o status de fundamento da linguagem. Não se trata, porém, de eliminar a ostensão como forma de definir palavras; trata-se, antes, de apresentar certos problemas que a ostensão traz consigo e que, normalmente, não são tematizados<sup>21</sup>. De fato, podemos explicar muitas palavras através da definição ostensiva: nomes de cores, nomes próprios, nomes de formas de objetos, etc. É importante notar, também, que Wittgenstein não pretende desqualificar a ostensão frente a algum tipo melhor de definição de palavras (a definição verbal, por exemplo). Ao contrário, seu propósito é nos mostrar que definições ostensivas *não são privilegiadas*, isto é, que elas não estabelecem fundamentos para a linguagem. A definição ostensiva será tomada por Wittgenstein como uma regra da linguagem.

Certamente que muito mais poderia ser dito a respeito do tratamento dado por Wittgenstein à definição ostensiva. Contudo, nossa intenção principal é situar a argumentação sobre o seguir regras. A discussão sobre os problemas que a ostensão apresenta fazem parte do contexto em que se insere a discussão

---

<sup>21</sup> Este foi um dos erros cometidos por Wittgenstein ao escrever *Tractatus*, como ele mesmo admite nas conversas com os membros do Círculo de Viena.

sobre as regras. O que esta discussão mostra é que Wittgenstein ataca um dos fundamentos da Concepção Agostiniana da Linguagem: a adoção da definição ostensiva como parâmetro de significação, como a única forma de definição que faz a ligação entre mundo e linguagem (Wittgenstein, 1965; 1).

Ora, é devido à adoção da definição ostensiva que buscamos entidades e essências que estariam por trás de nossas palavras. Sob tal aspecto, lembremos o que diz Wittgenstein nas páginas iniciais do *Blue Book* quando busca explicar a questão – “O que é o significado de uma palavra?” (Wittgenstein, 1965; 1). Esta questão, tanto quanto outras que principiam por “O que é...”, produzem uma espécie de “cãibra” mental: somos levados a apontar para algo que constitua o significado da palavra significado, e percebemos que não há para o que apontar. Ou seja, a definição ostensiva nos dá como critério da significação a existência de uma ligação entre palavra (nome) e objeto, onde cada palavra constitui-se, na linguagem, num substituto do objeto que faz parte da realidade. Todavia, qual objeto da realidade constitui-se naquilo que denominamos significado? Não saberíamos para o que apontar, mas temos de apontar para algo. Esta confusão é fonte de muitos problemas filosóficos. Várias distinções gramaticais devem ser feitas para que este “apontar para” não se veja imerso em confusões.

O fato é que, apontar para um objeto, ato constituinte da ostensão, não está livre de uma série de objeções. Por exemplo, no caso da palavra “significado”, não encontramos um corpo para o qual

apontar; supomos haver aí, então, algo como uma espécie de evento mental: “Onde nossa linguagem nos faz supor um corpo, e não há corpo, ali gostaríamos de dizer que se trata de um *espírito*.” (IF §36)

Dessa forma, mais um aspecto da definição ostensiva é questionado, fazendo com que esta perca seu status de infalibilidade na definição do significado. As definições ostensivas possuem caráter normativo na linguagem, pois podemos utilizá-las como guias para o comportamento linguístico; elas devem, portanto, ser tomadas como regras gramaticais (Wittgenstein, 1974; 88).

Abandonada a definição ostensiva como forma privilegiada de definição do significado, Wittgenstein examina outra concepção deste, segundo a qual, as palavras adquirem significado quando estabelecemos condições necessárias e suficientes para o seu emprego em casos futuros e ainda não estipulados. No caso dos conceitos, como diz Baker (Baker, 1981; 38), devemos fornecer uma definição verbal que especifique as propriedades comuns para todos os objetos aos quais o conceito se aplica. Ora, Wittgenstein argumentará que tal concepção é um dogma que não se enquadra em nossas práticas cotidianas de explicar o significado de palavras. Por exemplo, deveríamos encontrar todas as características comuns a certos tipos de palavras e, com isto, estaríamos normatizando-as, pois o uso futuro deveria estar de acordo com estas características comuns estabelecidas.

É dentro deste contexto que devemos ver que o recurso às semelhanças de família (IF §67) não se

constitui em uma peça no fundamento de uma teoria da linguagem, mas, antes, é um passo na dissolução de um dogma: o de que as palavras e as explicações que cotidianamente fornecemos para elas são imprecisas. Normalmente, quando nos dedicamos a construir teorias da significação, nossa linguagem ordinária é condenada pela falta de exatidão, tendo em vista que esta nos mostra uma complexa rede de semelhanças que se sobrepõem umas às outras. Estas “se entrecruzam, antes de se diferenciar de forma nítida” (IF §66).

Pode parecer que a nossa linguagem não tem seu uso regulamentado. Ora, certamente que as palavras não estão com seus usos regulamentados por regras em todas as partes (IF §68). Mas isto não significa nem que nossa linguagem não seja normatizada em sua aplicação e nem que estejamos sofrendo de algum tipo de ignorância. De fato, quando usamos nossa linguagem, não circunscrevemos os conceitos de acordo com regras ou definições específicas. Usamos as palavras e não pensamos em suas regras de aplicação. Muitas vezes, não somos capazes de fornecer tais regras, e isto acontece não por desconhecermos quais sejam estas regras ou quais são as definições das palavras, mas porque não há uma definição específica para as mesmas (Blue Book; 25). Por exemplo, a palavra “jogo” pode ser explicada ao descrevermos vários tipos de jogos, e isto não significa que o conceito de “jogo” seja desprovido de limites; nós é que não traçamos um limite ainda (IF §69). Além disso, tal limite pode ser traçado segundo alguma finalidade especial. De fato, para explicar o significado



podemos fornecer exemplos, e estes não são uma espécie de recurso indireto que empregamos na falta de algo melhor (IF §71).

Entretanto, alguém pode argumentar que exemplos não são suficientemente completos para a explicação de significados de palavras. Parece que a explicação deveria constituir um modelo comum a tudo aquilo que podemos significar por uma determinada palavra. Por exemplo, quando buscamos a explicação do conceito *folha*, buscamos obter uma imagem ou um padrão do que seja *folha*. Apenas assim, a partir deste padrão ou imagem, poderemos empregar a palavra *folha* de forma correta no futuro, isto é, identificar aquilo para o qual *folha* se aplica. Contudo, pergunta Wittgenstein, a que se parece tal padrão, tendo em vista que não apresenta uma forma determinada e sim “aquilo que é comum a todas as formas de folha?” O mesmo se poderia dizer da palavra *jogo*. No entanto, não consistiria uma compreensão do que é uma *folha*, ou *jogo*, o fato de poder fornecer exemplos de aplicações diferentes destes conceitos?, Alguém, por exemplo, nos pergunta se sabemos ou compreendemos o que significa a palavra *jogo*. Podemos responder afirmativamente e, em seguida, citar vários tipos de jogos que conhecemos. Estes exemplos são demonstrações de nossa compreensão do conceito de jogo. Não estaria nosso saber, nosso conceito de jogo, pergunta Wittgenstein, expresso inteiramente nas explicações que eu sou capaz de dar, a saber, no fato de eu descrever exemplos de jogos de espécies diferentes? (IF § 75).

O fato de não fixarmos limites aos conceitos não significa que os mesmos não possam ser utilizados. Como foi dito acima, o conceito de *jogo* pode ser definido através de exemplos de jogos. A necessidade de definições para os conceitos, a busca por regras ou padrões fixos, que acreditamos estar por trás do uso das palavras, é um ideal que impomos à nossa linguagem. Contudo, esse ideal é irrealizável. Mesmo que tivéssemos um padrão fixo ou explicação geral para, por exemplo, a palavra *folha*, não teríamos como garantir a incorrigibilidade de sua aplicação em todos os casos. Ainda mais, não possuir uma explicação geral de um conceito não significa que este não pode ser utilizado, ou que desconhecemos o que ele significa. Por exemplo, quando dizemos “o chão estava coberto de plantas” não precisamos de uma explicação geral de *planta* para que saibamos o que estamos dizendo, ou que não possamos fazer nada com tal conceito.

Wittgenstein lembra-nos que nem sempre delimitamos nossos conceitos e, nem por isto, estamos privados de comunicar nossas ideias ou de fazer-nos compreender por outrem. Quando dizemos, por exemplo, “detenha-se mais ou menos aqui” para indicar a uma pessoa que está ao nosso lado onde gostaríamos que ela pare, esta pessoa não vai requerer uma delimitação do que dizemos com “mais ou menos aqui”, para que saiba onde queremos que ela pare. É desta forma que agimos quando, para explicar algum conceito, fornecemos exemplos de seu emprego (IF §71). O padrão geral para um conceito deve, para funcionar como padrão, ser tomado e usado como

padrão; porém, ao estabelecermos um padrão ainda não dizemos como deve ser utilizado. Nada impede, por exemplo, que, ao mostrarmos várias figuras geométricas de cor verde para que uma pessoa veja nelas o padrão *verde*, ela o tome como uma explicação geral para tudo que é *esverdeado*.

Ou seja, o uso que a pessoa deverá fazer do padrão não é explicado quando explicamos o padrão. Parece que os padrões podem ser tanto corretos quanto incorretos. Entretanto, devemos sempre perguntar: como aprendemos tais palavras, segundo que tipo de exemplos e em quais contextos? Com isso em mente, percebemos que nossa linguagem nos apresenta uma família de significados aparentados entre si (IF §77). Esta família é mais corretamente visível quando fornecemos exemplos de aplicações de conceitos.

Além disso, as explicações de significado através da exemplificação de palavras nos fazem aceitar nossa linguagem como instrumento apto para expressarmos nossas ideias e, ao mesmo tempo, nos permitem abandonar a ideia de que, por trás de nossas palavras, existiria um quadro fixo de regras que normatizariam seu emprego (IF §100).

Poderíamos pensar que a argumentação de Wittgenstein nestas seções das *Investigações Filosóficas* não é muito clara, além de não fornecer um meio mais *preciso* que a definição ostensiva para a definição de nossas palavras. Entretanto, conforme interpreta Baker (1981; 40), tais passagens são claramente uma admissão de que há alguma *vaguidade* nas definições. Na verdade, reconhecer que a linguagem é uma prática

governada por regras não implica em dizer que tais regras devam ser fixas e precisas. Na seção 88 das *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein nos alerta sobre isto: qual seria a função das delimitações exatas? Não operariam em “ponto morto”, já que não nos dizem como devemos usá-las? Teremos de considerar as especificações do que seja ultrapassar estas delimitações. A este respeito, observa Wittgenstein: “O inexato, é na verdade, uma censura e o “exato” é um elogio. E isto quer dizer que o “inexato” não atinge o alvo tão perfeitamente quanto o “exato.” (IF §88)

Aliás, é preciso observar que a própria ideia de exatidão requer uma estipulação. Deveremos determinar qual é o alvo do qual o exato e o inexato são dependentes (IF §88). Basta que pensemos na determinação do tempo, tal como é feito nos laboratórios ou observatórios, e a partir disto poderemos pensar no que seja um ideal de precisão.

O aspecto do ideal de exatidão é um ponto central na transformação do pensamento filosófico de Wittgenstein na transição do *Tractatus Logico-Philosophicus* para as *Investigações Filosóficas*. Esta diferenciação não diz respeito a uma mera rejeição do pensamento filosófico do *Tractatus Logico-Philosophicus*. Podemos ver que as coisas não se passam desta maneira pelo seguinte: a ideia básica do *Tractatus Logico-Philosophicus* era a de que deveríamos descrever as condições de possibilidade de toda linguagem possível. Para tanto, a vaguidade que pode haver na linguagem deveria, por assim dizer, ser banida. O sentido, na linguagem, deve ser determinado. Isto,

entretanto, não diz respeito a um ideal que devemos impor à linguagem ordinária e que, também, sirva de constrangimento para uma linguagem ideal. Antes, o sentido, em qualquer linguagem, deve ser determinado.

Ora, a *vaguidade* e *imprecisão* são características fundamentais de nossa linguagem natural, mas o *Tractatus Logico-Philosophicus* não busca elaborar uma linguagem ideal que dê conta da vaguidade e imprecisão da linguagem. Ao contrário, Wittgenstein dirá que vaguidade e imprecisão constituem-se num problema filosófico pelo fato de que não conhecemos a lógica de nossa linguagem. As formas de expressão mascaram, em sua simplicidade, um complexo conjunto de regras sintáticas que coordenam o seu uso e a sua compreensão.

Além disso, o pensamento que expressamos na linguagem é composto de figuras determinadas de estados de coisas e, quanto a isto, não se dá qualquer indeterminação; a falta de clareza se dá nas nossas formas de expressão. Podemos ver, pelo que até aqui foi dito, que Wittgenstein buscava um ideal de completude para nossa linguagem natural, a qual está em ordem de acordo com a forma como a nós se apresenta (TLP 5.5563). Ora, esta argumentação não é de todo negada pelas *Investigações Filosóficas*. Por exemplo, na seção 89 desta obra, Wittgenstein nos diz que “queremos compreender algo que já está aberto diante de nossos olhos. Por que em certo sentido, é isto que parecemos não compreender”. Portanto, em ambos os casos não se trata de impor uma ordem lógica à nossa linguagem que a ela seja externa.

Todavia, enquanto que no *Tractatus Logico-Philosophicus* não poderia haver vaguidade quanto ao sentido das proposições, nas *Investigações Filosóficas* temos a admissão de que a vaguidade e a imprecisão de nossa linguagem não pode ser completamente eliminada, como podemos ver no tratamento dado ao nome Moisés na seção 79 desta obra. O tratamento dado por Wittgenstein à vaguidade do sentido mostra que ele não deplorava o fato de que a nossa linguagem, tal como a utilizamos possui imprecisões nas suas definições.

A imprecisão não é, necessariamente, um defeito da linguagem, pois não representa um obstáculo para a comunicação. Por exemplo, dizer a alguém “pare mais ou menos por ali”, em determinados casos, é perfeitamente compreensível (§71). Desta forma, uma ordem que contenha algum termo que não é rigorosamente definido, não tem sua importância diminuída. Nossa habilidade para lidar com conceitos que possuem semelhanças de família é uma prova concreta de que a imprecisão quanto ao sentido das expressões não os torna inúteis.

Além disso, em primeiro lugar, precisão e imprecisão não são conceitos absolutos, isto é, um conceito é “preciso” ou “impreciso”, segundo certa relação. Na seção 88, das *Investigações Filosóficas*, podemos ver que conforme as circunstâncias e os nossos propósitos estabelecemos o que é preciso ou impreciso. Em segundo lugar, a imprecisão, a vaguidade de nossas expressões não é transferida de uma expressão para outra, como se fosse possível um

“contágio”. Uma palavra cuja significação não é precisamente explicada, não altera o sentido de toda uma proposição em que é empregada. Tomemos como exemplo a seguinte proposição: “O chão estava coberto de plantas”. Tal proposição não tem seu sentido prejudicado pelo fato de não nos ser definido precisamente o significado de *planta* (IF §70). Em terceiro lugar, as *Investigações Filosóficas* adotam um ponto de vista mais pragmático quanto às explicações de significado. O importante, nesse sentido, é que servem para estabelecer uma prática no uso de expressões, não importando se tais explicações serão as mesmas para toda e qualquer circunstância. Sendo assim, uma explicação estará em ordem, isto é, cumprirá sua função se nos orientar no uso das expressões, tal como uma placa de sinalização.

Certamente que o ponto de vista de Wittgenstein vai contra as intuições mais ordinárias, pois normalmente acreditamos que a imprecisão no sentido de uma expressão impede a sua compreensão, constituindo-se em um defeito da linguagem. Entretanto, não é isto que Wittgenstein está dizendo, ou seja, que devemos abrir mão da precisão. Contrariamente a isto, nos propõe que busquemos determinar qual a função do ideal de precisão em nossas investigações da linguagem. Assim, a questão “Tem sentido esta proposição?” deve receber como resposta outra questão: “O que significa que o sentido seja determinado?”. Pois, a pressuposição da primeira questão é a de que apenas uma explicação completa do significado pode remover qualquer dúvida possível

com relação a ele. Portanto, uma expressão com sentido seria apenas aquela que fornece uma explicação completa. Contudo, conforme Wittgenstein nos mostra na seção 87, das *Investigações Filosóficas*, não encontramos uma explicação que possa ser “completa”, isto é, que elimine qualquer imprecisão quanto ao sentido de uma expressão. Tal ideia fundamenta-se numa incompreensão do que sejam as explicações de significado.

Neste ponto, comentam Baker e Hacker (1985: Vol.1; 225), encontramos uma séria incompreensão da filosofia de Wittgenstein, ou seja, a de que, para ele, temos de aceitar que nossas expressões possuem, intrinsecamente, alguma vaguidade e imprecisão em seus sentidos. Antes, para Wittgenstein, se *preciso* e *impreciso* não são conceitos absolutos, mas sempre relativos a alguma outra coisa, e como o sentido de uma expressão está em seu uso, então, não há determinação absoluta de sentido, logo, também não se trata de vaguidade e imprecisão. Uma vez que as expressões não podem ter seus sentidos “determinados precisamente”, não faz sentido atribuir a qualquer expressão a qualidade de “não ser precisa”. A *precisão* e *imprecisão* de nossas expressões são qualidades que a elas atribuímos tendo em vista nossa concepção de significado. A vaguidade ou incerteza, no sentido de uma palavra, não é um aspecto intrínseco ao significado desta, e não pode ser compreendido independentemente de uma compreensão geral do significado e de como uma explicação pode ser *completa* ou *precisa*. Nisto vemos que Wittgenstein, antes de abandonar certa ideia



proposta no *Tractatus Logico-Philosophicus*, busca compreender os seus pressupostos, como nos é explicado na seção 108 das *Investigações Filosóficas*: “O preconceito de pureza cristalina só pode ser eliminado dando uma guinada em nossa reflexão. (Poder-se-ia dizer: é preciso dar uma guinada em nossa reflexão, mas em volta de nossa verdadeira necessidade como ponto axial.)”

Desse modo, podemos compreender que, para Wittgenstein, o fato de haver vaguidade não implica que nossa linguagem possua um defeito, mas antes, temos de entender o *papel* que nossa exigência de *precisão* desempenha em nossas investigações sobre a linguagem. Não se trata, então, de admitir que, dados os defeitos da definição ostensiva, não temos como usar nossa linguagem de forma significativa, e sim, que, a vaguidade e a imprecisão de nossa linguagem apontam para o fato de as regras que coordenam seu uso, não se constituem num quadro fixo.

## CONCLUSÃO

Nosso trajeto até aqui, em primeiro lugar, permite inferir que as diferenças entre o *TLP* e a filosofia das *Investigações Filosóficas*, não devem ser tomadas como absolutas. Isto por que várias questões tratadas nesta segunda obra são desenvolvimentos de problemas surgidos na elaboração ou reelaboração da filosofia do *TLP*. Em segundo lugar, ao retornar à Filosofia depois de seu período como professor nos Alpes austríacos, Wittgenstein percebe que estava cativado

por uma imagem do funcionamento de nossa linguagem, qual seja: a ideia de que nossa linguagem é essencialmente descritiva.

Todavia, a mudança de ponto de vista sobre o trabalho da linguagem implicava, por um lado, desfazer-se da supremacia da definição ostensiva e, por outro, fornecer uma concepção adequada da significação e do uso significativo da linguagem. Ao desfazer-se da definição ostensiva, Wittgenstein parecia retirar as bases de qualquer critério de significatividade na linguagem. Entretanto, quando analisamos a definição ostensiva, percebemos que nela estão contidos elementos que não foram analisados. Isto, por sua vez, faz com que as definições ostensivas percam seu lugar de instrumento único da significação, e que a busca por clareza e certeza nas definições seja um ideal que depositamos sobre a ostensão.

A nova concepção de uso significativo implicava abandonar a supremacia da ostensão, sem abandonar a necessidade de critério para o uso significativo. Esta concepção é, resumidamente, a de que usamos nossas palavras segundo regras. Mas, mesmo esta explicação necessita melhor análise, e as seções 185 até 242 são a tentativa de fornecer esclarecimentos sobre as possíveis distorções que a concepção de normatividade da linguagem pode nos induzir. Nosso intuito neste ensaio foi o de mostrar os passos seguidos por Wittgenstein para o abandono da definição ostensiva e, ainda que superficialmente, apontar a direção que a discussão subsequente às seções 1 até 184 das Investigações Filosóficas deveria desenvolver,

nomeadamente: a busca por uma definição do conceito de seguir uma regra, analisar em que consiste seguir uma regra e qual o critério de correção para as ações que visam seguir uma determinada regra.



#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKER, Gordon e HACKER, Peter (1985) **An Analytical Commentary on the Philosophical Investigations**, Vol. 1, Oxford, Blackwell.
- BAKER, Gordon (1981) “Following Wittgenstein: some signposts for Philosophical Investigations” in HOLTZMANN e LEICH, C. M. (Eds) **Wittgenstein: to follow a rule**, London, Routledge, 1981.
- HANFLING, Oswald (1989) **Wittgenstein’s Later Philosophy**, Albany, SUNY Press.
- KENNY, Anthony (1975) *Wittgenstein*, Madrid, **Revista de Occidente**.
- KENNY, Anthony (1990) **El Legado de Wittgenstein**, Mexico, Siglo XXI.
- KLAGGE, J e NORDMANN, A (1993) (Orgs) **Ludwig Wittgenstein. Philosophical Occasions**, Indianapolis, Hackett.
- WAISMAN, Friederich (1973) **Ludwig Wittgenstein y el Circulo de Viena**, Mexico, Fondo de Cultura, editada por Brian McGuinnes.
- WITTGENSTEIN, Ludwig (1996) **Tractatus Logico Philosophico**, São Paulo, Edusp.
- WITTGENSTEIN, Ludwig (1993) “**Some Remarks on Logical Form**” in Klagge e Nordmann (1993).
- WITTGENSTEIN, Ludwig (1980) **Investigações Filosóficas**, São Paulo, Abril Cultural.

WITTGENSTEIN, Ludwig (1965) **Blue and Brown Books**, New York, Harper.

WITTGENSTEIN, Ludwig (1974) **Philosophical Grammar**, Berkeley, University of California Press.

WITTGENSTEIN, Ludwig (1970) **Zettel**, Berkeley, Univ. California Press.

